



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 2/XI/2.ª

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro de dois mil e dez, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu, na Sala 12 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:00 Horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto Lei nº 264/XI/1ª (CDS-PP) - "Lei de Arbitragem Voluntária"
Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto Lei nº 356/XI/1ª (CDS-PP) - "Altera o Código de Processo Civil isentado de despacho Prévio as certidões que se destinam a comprovar determinados factos ou estados pessoal"
Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD);**
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei nº 36/XI (GOV) - que "Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória e procede a quarta alteração a Lei nº 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições".
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);**
- 5. Distribuição e admissão de petições;**
- 6. Nova apreciação, nos termos do artigo 146.º do RAR, da Proposta de Lei n.º 31/XI (GOV) - Permite a nomeação de Magistrados do Ministério Público jubilados para o exercício de funções do Ministério Público e procede à 9.ª alteração do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro;**
- 7. Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Não havendo iniciativas legislativas a distribuir, o Grupo Parlamentar do CDS-PP informou que anunciaria mais tarde se pretendia discutir na Comissão ou em Plenário o Projecto de Resolução n.º 256/XI/1.ª – Recomenda ao Governo a alteração da Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro (Orgânica da Guarda Nacional Republicana) no sentido de reinstaurar a Brigada de Trânsito, da sua autoria.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado e votado, após breve apresentação pelo Relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 264/XI (CDS-PP) – *“Lei de Arbitragem Voluntária”*, tendo as respectivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Posteriormente, procedeu-se à discussão e votação, após breve apresentação pelo Relator, Senhor Deputado António Carlos Peixoto (PSD), o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 356/XI (CDS-PP), que *“Altera o Código de Processo Civil isentando de despacho prévio as certidões que se destinam a comprovar determinados factos ou estados pessoais”*, tendo as respectivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, e depois de breve apresentação por parte do Relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) – que o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) congratulou –, procedeu-se à discussão e votação do Parecer da Proposta de Lei n.º 36/XI (GOV), que *“Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória e procede a quarta alteração a Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições”*, tendo as respectivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Posteriormente, foram admitidas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, as Petições n.ºs 89/XI/1.ª, da iniciativa de Mário Jorge Semedo de Melo, solicitando *“Solicita a alteração da Lei da Nacionalidade, no sentido de, para efeitos de aquisição de nacionalidade por naturalização, ser dispensada a aplicação do requisito de inexistência de condenação penal do requerente, previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei, aos nascidos e residentes em Portugal entretanto reabilitados e que apresentem conduta social exemplar”*, de que foi nomeada Relatora a Senhora Deputada Maria Celeste Correia (PS), e 90/XI/1.ª, da iniciativa de Miguel Lomba, solicitando a *“alteração do Regulamento Geral do Ruído, no sentido de ser fixado como valor máximo de ruído para espaços e estabelecimentos comerciais o limite de 55 dB”*, de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS-PP).

Tendo sido adiado o sexto ponto da ordem do dia [nova apreciação, nos termos do artigo 146.º do RAR, da Proposta de Lei n.º 31/XI (GOV) - Permite a nomeação de Magistrados do Ministério Público jubilados para o exercício de funções do Ministério Público e procede à 9.ª



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

alteração do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro], por requerimento do Grupo Parlamentar do PS, o Senhor Presidente da Comissão informou que os Coordenadores dos Grupos Parlamentares nela representados receberam em audiência, no dia anterior, o Senhor Dr. José Luís Bonifácio Ramos, a solicitação deste.

Esclareceu ainda o Senhor Presidente que os Coordenadores receberam o Dr. José Luís Ramos, membro do Conselho Superior do Ministério Público que se pronunciou sobre a Proposta de Lei n.º 31/XI, por uma questão de cortesia e não em representação do Conselho a que pertence.

A este propósito, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), concordando com o que disse o Senhor Presidente, afirmou que a caducidade da Proposta de Lei n.º 31/XI seria a melhor solução para a Assembleia da República e para o Partido Socialista.

Sobre o mesmo tema, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) confirmou que o seu grupo parlamentar concordou com a realização da audiência por uma questão de cortesia, como disse o Senhor Presidente. Todavia, não discordando do facto de os membros eleitos pela Assembleia da República virem dar conta, no fim do seu mandato, de um balanço do mesmo, considera que membros de órgãos constitucionais não podem vir falar sobre o que se passa nas reuniões desses órgãos, em franca actividade política.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP), concordando com o que foi afirmado, considerou que os membros eleitos pela Assembleia da República para integrarem órgãos externos não respondem perante esta pelo exercício dos seus mandatos. Como tal, a audiência realizou-se por uma questão de cortesia, como foi dito.

Finalmente, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) concordou com o que disseram os oradores que o antecederam.

No último ponto da ordem do dia, foi fixada, por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, a redacção final do texto que procede à *“Primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de Agosto”* [Projecto de Regimento n.º 2/X/1.ª], tendo sido aceites as alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 895/DAPLEN/2010, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

do Projecto de Regimento n.º 2/XI/1.ª (PS, PSD e CDS/PP) “*Primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007*”, nos termos do n.º 3 do artigo 267.º do RAR.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 11 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 06-10-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
António Montalvão Machado
Carlos Peixoto
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Celeste Correia
José Luís Ferreira